



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Ensino em Extensão Rural: multiplicidade de temáticas e algumas implicações

Teaching in Rural Extension: multiplicity of themes and some implications

Jaime Rodrigo da Silva Miranda

Doutorando em Extensão Rural/UFSM

Claudio Raimundo de Bastos Brasil

Doutorando em Extensão Rural/UFSM

Rodrigo Berttoni Cidade

Doutorando em Extensão Rural/UFSM

Resumo

Uma das formas de se abordar o tema extensão rural é como área de formação acadêmica em nível de graduação. Esse trabalho, através de revisões bibliográficas, busca discutir o ensino da disciplina Extensão Rural como área que abrange uma multiplicidade de temáticas vinculadas a velhas e novas questões presentes no rural brasileiro, trazendo dificuldades em se definir de um eixo estruturante comum acerca do conteúdo a ser trabalhado nas diversas instituições de educação do país. Uma das implicações desse contexto está na relevância que a disciplina alcança ao problematizar essa diversidade de questões e buscar soluções para os problemas do campo, ao mesmo tempo em que pesa sobre os docentes a missão de tratar em um único componente curricular inúmeros assuntos que poderiam e deveriam ser também apropriadas por outras áreas de conhecimento, no processo de formação.

Palavras-chave: Ensino em Extensão Rural; Multiplicidade de Temáticas; Interdisciplinaridade; Formação e Mundo Rural.

Abstract

One of the ways to approach the topic of rural extension is as an area of academic training at undergraduate level. This work, through bibliographical reviews, seeks to discuss the teaching of the Rural Extension discipline subject as an area that covers a multiplicity of themes linked to old and new issues present in Brazilian rural areas, bringing difficulties in defining a common structuring axis regarding the content to be worked in various educational institutions in across the country. One of the implications of this context is the relevance that the discipline achieves by problematizing this diversity of issues and seeking solutions to problems in the field countryside, at the same time that weighs on the teachers the mission of dealing with countless subjects that also could and should be appropriated by other areas of knowledge in the formation process.

Keywords: Teaching in Rural Extension; Multiplicity of Themes; Interdisciplinarity; Training and the Rural World.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Introdução

No Brasil estão em vigência políticas públicas, programas e leis direcionadas ao fortalecimento das populações que compõem o segmento denominado Agricultura Familiar, sendo a Extensão Rural uma área de conhecimento e de atuação profissional que apresenta relevantes contribuições na direção deste objetivo.

Existem algumas possibilidades de abordagem sobre Extensão Rural, podendo-se partir de seu entendimento como um dos instrumentos da Lei Agrícola Nacional, como uma política pública criada em 2004, como uma prática profissional efetivada em todo o país e como área de conhecimento acadêmico profissionalizante em nível técnico, em nível de graduação e pós-graduação, sendo uma disciplina obrigatória para vários cursos das ciências agrárias.

Sobre esta última dimensão se foca este trabalho, considerando-se que atualmente a prática extensionista se desenvolve em um ambiente institucional pluralista com uma diversidade de entidades públicas e privadas prestadoras de serviços com distintas concepções, o que influencia os rumos do ensino em nível de graduação.

O presente artigo discute por meio de revisões de trabalhos científicos - e contando com a experiência dos autores como extensionistas e professores - algumas questões envolvendo o ensino da disciplina de extensão rural que, atualmente, por abranger uma multiplicidade de temáticas, representa um largo arcabouço que agrega sobre si uma ampla diversidade de conteúdos ministrados. Essa marcante heterogeneidade pode dificultar a definição de um eixo estruturante comum para a lecionação deste componente curricular profissionalizante. Sob outros pontos de vista, denota sua importância como área do saber que traz para a academia a problematização de diversas demandas envolvendo o mundo rural, o que revela a necessidade de outras áreas do saber também se apropriem devidamente das problemáticas do rural tratados na extensão rural que, como disciplina isolada e com carga horária muitas vezes reduzida, apresenta limitações diante do imenso desafio de preparar o(a) formando para a atuação profissional como extensionista, diante da complexidade que ele(a) há de encontrar no campo.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Abordagens da Temática Extensão Rural

Mesmo que o foco do trabalho seja o ensino acadêmico, cabe destacar algumas formas de abordagem sobre extensão rural que, em alguma medida, reverberam nos conteúdos da disciplina.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um dos instrumentos da Política Agrícola Nacional prevista nos termos de nossa Constituição Federal (artigo 187 do Capítulo III - Título VII), que determina seu planejamento e execução na forma de lei. Esta lei, de no 8.171/1991, ao dispor sobre os objetivos da política agrícola, em seu art. 3º/inciso I estabelece o papel do Estado, que o define como agente normativo e regulador desta atividade (Oliveira, 2004). Depreende-se desta premissa constitucional que as ações e instrumentos da política agrícola são definidos pela União e se referem a um conjunto de 19 questões, dentre elas a assistência técnica e extensão rural, a eletrificação rural, o fomento ao cooperativismo, etc. (Brasil, 1991).

Outra abordagem possível diz respeito à sua operacionalidade como uma política pública institucionalizada em 2004 denominada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos da ação extensionista no país e passou a ser regulamentada por meio da Lei de ATER (Lei no 12.188/2010).

Ainda, extensão rural pode ser entendida como uma área de atuação profissional interdisciplinar junto a famílias agricultoras de norte a sul do Brasil, abrangendo técnicos(as) de várias áreas de formação, principalmente das ciências agrárias e ciências humanas, em níveis médio e/ou superior, por meio de empresas, cooperativas e ONGs, tanto do setor público e como do setor privado.

Em meio a essa diversidade de expressões e possibilidades envolvendo o termo, o ensino em Extensão Rural, principalmente através das disciplinas acadêmicas de graduação nas universidades tem o desafio de apresentar a área ao corpo discente e preparar em alguma medida futuros(as) profissionais de várias formações para atuarem como extensionistas, lidando com o não menos complexo universo da agricultura familiar brasileira.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Ao analisar os textos que normatizam a política pública (Brasil, 2004) e a Lei de ATER que a absorveu (Brasil, 2010), evidencia-se a extensão rural como um processo educativo cujas ações abrangem dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais capazes de gerar marcantes transformações a favor dos povos do campo, exigindo dos(as) extensionistas uma série de habilidades e competências, trazendo novas questões e demandas a serem incorporadas pela disciplina no processo de formação.

Juntamente a isso, em vários cursos acadêmicos a abordagem sobre o rural nos conteúdos curriculares (e em especial o rural sob a ótica da agricultura familiar) aparece de forma superficial ou está ausente, implicando falta de interação com as populações do campo por parte de profissionais formados nestes cursos. Na prática, em muitas comunidades rurais familiares cabe principalmente – e por vezes, apenas – ao extensionista se envolver em demandas de saúde, de educação, de meio ambiente, de organização política, questões relevantes que deveriam ser também assumidas por outros profissionais que não se enquadram nos quadros técnicos das instituições que prestam serviços de ATER.

Nesse contexto, vem se efetivando uma multiplicidade de temáticas abordadas no ensino de graduação profissionalizante em Extensão Rural no intuito de garantir que os(as) formandos conheçam e estejam preparados para lidar com diversas questões pulsantes no campo. Há uma concepção oficial que direciona a prática extensionista a perspectivas teóricas, metodológicas e objetivos sintetizados em uma política pública, que poderia (ou deveria) ser um eixo orientador das ações. Entretanto, a existência da PNATER com seus pressupostos não garante coesão em torno de uma concepção central a balizar os trabalhos de entidades e profissionais no campo, assim como não garante coesão na escolha de temáticas e perspectivas teóricas/metodológicas que compõem os conteúdos da disciplina acadêmica. Algumas implicações refletem no ensino diante desta grande heterogeneidade.

Breve Histórico do Ensino em Extensão Rural no Brasil

Fialho (1996), aponta o vínculo histórico que o ensino em extensão rural mantinha com as políticas oficiais de ATER, principalmente durante o período difusionista visando a



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

transferência de tecnologia, alertando que já no fim dos anos 1970, outras demandas surgiam no campo para as quais o ensino da disciplina deveria estar ajustado, estando então defasado quanto ao foco prioritário na difusão de inovações.

Na década de 1970, se intensificam as críticas ao modelo de modernização agrícola devido às suas consequências sociais, econômicas e ecológicas, fazendo com que no meio acadêmico um grupo de cientistas de renome nas áreas da Sociologia e Economia liderasse um movimento de denúncias contra o modelo excludente. Estas iniciativas repercutiram na área de ensino de Extensão Rural, quando então se iniciam revisões das ementas e conteúdos. Após encontros entre professores da área entre 1977 e 1979, um novo programa disciplinar foi proposto e adotado em várias universidades nos anos 1980, centrando-se na “leitura da realidade rural e na busca de alternativas de transformação desta realidade através da elaboração de projetos alternativos de intervenção no meio rural.” (Fialho, 1996, p. 18).

Embora houvesse o avanço na elaboração de um novo programa mediante debates que chegaram a envolver até 48 professores da área de todo o Brasil, seu conteúdo programático e sua proposta metodológica se focava apenas na leitura da realidade, não apresentando significativas alterações nas metodologias de intervenção da ação extensionista para transformação desta realidade, o que fez com que algumas instituições mantivessem a antiga proposta metodológica de transferência de tecnologia. Em síntese, “o novo programa, originário das reuniões de professores na década de 70, foi adequado para se questionar o modelo oficial de ATER e propor-se novas formas de leitura da realidade rural, mas não conseguiu ser propositivo em relação a novas estratégias de intervenção no meio.” (Fialho, 1996, p. 20).

Nos anos 1990, proliferam trabalhos científicos apontando a falência do modelo agrícola convencional por seus impactos ao meio ambiente e à sociedade, por ser um projeto altamente excludente “cuja expressão mais cruel se traduz na fantástica expulsão do campo de um significativo contingente de trabalhadores”. (Fialho, 1996, p. 20). Decorrente deste novo momento de reflexão crítica sobre os efeitos deste modelo que por décadas foi oficialmente priorizado no país, impõe-se a necessidade de um novo paradigma para o desenvolvimento rural que passará, necessariamente, pela academia e por professores das ciências agrárias. Para os



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

professores de Extensão Rural, traz-se o desafio de se adequar urgentemente o programa da disciplina às exigências de um novo paradigma para o desenvolvimento rural, de base sustentável ambiental e produtivamente, com eficiência econômica e equidade social. O autor sinaliza que na época muitas propostas apontavam a opção pela agricultura familiar como “o ‘locus’ onde o novo paradigma encontrará suas melhores condições de realização.” (Fialho, 1996, p. 21).

A Nova Extensão Rural, o Ensino e o Processo de “Customização”

Pode-se inferir que discussões como a que Fialho (1996) apresenta, envolvendo a relação entre projetos de desenvolvimento e ensino de extensão rural nas universidades se seguiram após os anos 1990 e início do novo milênio. Destaca-se neste contexto a construção e institucionalização da PNATER como uma política estatal cujos princípios e diretrizes lançam desafios aos cursos de formação de profissionais para atuarem no meio rural, além de definir a agricultura familiar como público a ser assessorado, como já indicava o autor nos anos 1990.

Caporal e Costabeber (2004), ao discutirem agroecologia e extensão rural na promoção no desenvolvimento sustentável, apontam os limites da extensão rural convencional e criticam cursos de formação que continuam reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia, propondo que as “instituições de ensino deveriam repensar o processo de formação, as grades curriculares e as metodologias de ensino, de modo que os profissionais possam estar preparados para os desafios da nova realidade” (Caporal; Ramos, 2006, p.6).

As novas demandas apontadas por Fialho (2006) e os desafios da nova ATER apontados por Caporal e Costabeber (2004) sugerem a relevância que a disciplina extensão rural representa no meio acadêmico, por ser em muitas instituições, uma das poucas ou a única obrigatória de cursos agrários que apresenta ao estudante um mundo rural familiar, não empresarial e não restrito apenas à dimensão técnico-produtiva, diante de matrizes que ainda mantêm a maioria dos componentes curriculares com viés tecnicista e voltado para o segmento empresarial de média a alta tecnologia.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Tratando do ensino de Extensão Rural em nível de graduação, Callou et al (2008) buscam identificar limites e potencialidades encontradas quanto à interdisciplinaridade, a temas comuns contemplados, à relação entre cursos de graduação e programas de pós, à incorporação das políticas públicas de ATER. Os autores abordam o posicionamento da disciplina diante de novos referenciais presentes no meio rural, tais quais: reorganização do trabalho e da produção com base no associativismo/cooperativismo; desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; os movimentos sociais pela terra; agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas; a agroecologia, dentre outros.

A pesquisa constatou que quase 80% das disciplinas em todo o Brasil trazem em seu conteúdo temas referentes à PNATER como desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, inclusão social, associativismo, cooperativismo, metodologias participativas.

Contudo, evidencia-se por outro lado dificuldades enfrentadas pelo ensino quanto a seu caráter fragmentário e sua dissociação em relação a demais disciplinas das agrárias e também das humanas e sociais, representando “uma dificuldade adicional para o desenvolvimento da concepção de uma ciência sistêmica e holística, fruto de uma especialização reducionista” (Callou et al, 2008, p.108).

Mesmo diante de dificuldades, a Extensão Rural vem sendo uma área motivada a trazer para a ciência a ampla diversidade da realidade rural brasileira, com ênfase no público majoritário de trabalhadores composto pela agricultura familiar, problematizando a questão agrária a fim de construir soluções em conjunto com as populações (Miranda, 2013).

Um estudo de Vargas e Drebes (2022) intitulado “O ‘Estado da Arte’ do Ensino em Extensão Rural no Brasil” (p.1), buscou tratar do panorama da oferta da disciplina, tendências acadêmicas atuais e perfil dos docentes, comparando com o levantamento supracitado de 2008 e outro feito em 2010. O trabalho evidencia a necessária construção de referenciais teórico-metodológicos diante da complexidade dos cenários e da pluralidade de atores sociais no rural brasileiro, reforçando a já constatada projeção de que os extensionistas precisam apresentar “sensibilidade e capacidade profissional para ir além das questões que dizem respeito ao âmbito



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

da produção agropecuária” (Diesel; Dias Apud Vargas; Drebes, 2022, p.5). No trabalho, o vínculo dos conteúdos programáticos com a PNATER é também abordado, assim como a incorporação de novas temáticas, limites e desafios encontrados. Como resultados, dentre outros, a pesquisa feita junto a docentes membro do Fórum Nacional de Professores de Extensão Rural indica que a PNATER é trabalhada pela expressiva maioria dos docentes, que possuem elevada qualificação acadêmica - maioria doutores, com predomínio de formação em graduação nas Ciências Agrárias, especialmente Agronomia.

Diesel et al (2022) discutem possíveis implicações ao ensino de extensão rural decorrentes do contexto de transformações por qual tem passado este campo de atuação profissional imerso em um ambiente institucional pluralista, em que um amplo conjunto de experiências heterogêneas entre si geram diversos marcos orientadores para a ação extensionista e para o perfil do profissional, o que, de alguma forma, se reflete no âmbito do ensino desta disciplina.

A partir de perspectivas teóricas sobre as condições que levam à emergência de serviços de extensão rural, o trabalho problematiza o processo de transformações pelo qual tem passado a prática extensionista desde o pós 2ª Guerra Mundial, que culminou em um sistema pluralista envolvendo Estado e sociedade, viabilizando assim uma diversidade de instituições, de concepções, de referenciais normativos e de perfis profissionais específicos particularmente defendidos e exigidos para a ação extensionista (a “customização”), que vai influenciar as disputas por projetos de desenvolvimento rural e, também, vai influenciar as definições sobre conteúdos a serem trabalhados na disciplina. Segundo os autores - ambos professores da área - não cabe à disciplina extensão rural a responsabilidade sobre a formação de competências para a atuação customizada do profissional de extensão, devido à alta heterogeneidade e complexidade para uma só disciplina.

O fato é que o cenário atual é muito complexo para o docente, já que as identidades profissionais se tornaram mais fluidas, as práticas ainda mais diversificadas e há grande variedade de espaços sócio-ocupacionais em que os extensionistas podem atuar. (Diesel et al, 2022).



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Diante das perspectivas apontadas, o ensino em extensão rural passa por um momento talvez antes não experimentado, por ser uma disciplina de carga horária média entre 40 a 60 horas, cujo atual teor político a torna isolada da maior parte do corpo disciplinar dos cursos agrários, apresentando atualmente uma multiplicidade de temáticas trabalhadas de formas diversas por diversos docentes e instituições pelo país e, ainda, tendo para se balizar uma política pública que vem sendo objeto de disputas no cenário político nacional, num sistema pluralista gerido pelo Estado mas composto por diversos atores e instituições públicos e privados, que podem representar projetos de desenvolvimento variados e até antagônicos entre si.

Considerações finais

Após o período difusionista predominante entre 1960 a meados de 80 com seus graves impactos socioeconômicos e ambientais, não houve em nenhuma das demais concepções predominantes de extensão rural um sólido alinhamento entre proposta oficial, aporte institucional (gerido pelo Estado, mesmo que de forma descentralizada) e formação acadêmica (com um eixo teórico-metodológico e temático comum lecionado). Este alinhamento somente ocorreu na fase da difusão mencionada.

Quanto ao ensino, pode-se inferir pela revisão dos trabalhos analisados que a disciplina de extensão rural atualmente não apresenta um arcabouço ou eixo estruturante comum para os conteúdos lecionados dentre as diversas instituições de ensino no território nacional. Contudo, por abordar uma diversidade de temáticas, esta disciplina traz para o espaço universitário velhas e novas questões e demandas presentes no campo brasileiro, expressando assim sua relevância como área que busca contribuir para solução dos problemas da sociedade.

Consequentemente, o ensino em extensão rural assume a responsabilidade de trazer para si objetos de estudo que poderiam ou deveriam ser abordados também em outras áreas do saber dentro das instituições e que, sob os programas da disciplina, nem sempre podem ser aprofundados pelas limitações de carga horária e outros fatores. Um compartilhamento interdisciplinar envolvendo algumas destas questões poderia contribuir para que docentes e



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

futuros(as) profissionais de outras áreas enxergassem e propusessem soluções para as problemáticas do campo, se inserindo nesta realidade.

Desafios nesse sentido devem ser enfrentados. Um deles está situado na capacidade do corpo docente, discente e profissionais parceiros do desenvolvimento rural sensibilizar as instituições de ensino sobre a necessidade de ampliar os espaços de discussão sobre os temas e demandas relevantes no rural brasileiro, ampliação a ser feita de forma cuidadosa, para que seus efeitos não levem a direções indesejadas esvaziando o ensino da disciplina de extensão rural em vez de ampliar sua carga horária para aprofundar conteúdos, inserir temáticas sensíveis nos conteúdos programáticos de outras disciplinas ou mesmo criar disciplinas novas.

A disputa política mais incisiva no terreno interno às instituições pode ser um caminho, para que as demandas sociais tratadas pela extensão rural possam ser também assumidas por outras áreas sem perda de espaço institucional que a disciplina conquistou e que, sem poucas dificuldades, busca manter.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. S.; LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, M. S. T. Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, v.15, n.16, Jul – Dez de 2008.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER. 2004.

CAPORAL, F. R. & RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília: MDA, 2006.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M. A Customização da Extensão Rural e Suas Implicações para o Ensino. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, e14800, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14800>> Acesso: 20 maio 2024.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:



FIALHO, J. R. D. **Historicidade da Disciplina Extensão Rural**. Adaptado de palestra proferida na abertura do I Encontro sobre o Ensino de Extensão e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul. Santa Maria, UFSM. 1996.

MIRANDA, J. R. da S. Ciências Agrárias, Questão Agrária e Extensão Rural: relações entre ensino, extensão e o dever político da universidade brasileira. **Revista Congresso Universidad. Havana**, v.2, n.2, 2013.

RODRIGUES, C. M.. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e Sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

VARGAS, D. L.; DREBES, L. M. O “estado da arte” do ensino em Extensão Rural no Brasil... **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7., e14747, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14747>>. Acesso: 20 maio 2024.